

**Artigo****Mulheres-Calibãs: a propósito do pensamento transatlântico<sup>8</sup>**

Rosânia do Nascimento

Mestranda em Antropologia Social (PPGAS/UnB)

E-mail: rosaniaoliveira01@gmail.com

*Um poema para o cânone  
tem que ser bem branquinho  
alvejante como Omo*

[...]

*Cristiane Sobral, Dona dos Ventos (2019, p. 47)*

**Resumo:** Este artigo parte da discussão da transformadora presença negra na universidade pública e gratuita como contra-discurso daqueles que assinaram manifestos anticotas, valendo-se da máxima que as “cotas iriam acirrar o racismo”, como reportado à antropóloga amazônica Zélia Amador de Deus (2020, p 100). O principal objetivo deste escrito é compartilhar parte das reflexões tecidas no âmbito da disciplina “*História da Antropologia: Autores Clássicos 2*”, também conhecida como o instrumento político do epistemicídio em relação à autoria negra, indígena e de origens fora do espectro do Norte Global. Enuncio em primeira pessoa sem o gosto amargo de ter percorrido o caminho acadêmico sozinha, não que isso tenha apaziguado por completamente a solidão, mas possibilitou ferramentas suficientes para conhecer de perto a relevância para a disciplina antropológica das Mulheres-Calibãs: Zora Neale Hurston, Paulette Nardal e Suzanne Roussi-Césaire, termo cunhado por T. Denean Sharpley-Whiting (2002).

**Palavras-chave:** Mulheres-Calibãs. Autoria Negra. Teoria Antropológica.

**MUJERES CALIBANAS: sobre el pensamiento transatlántico**

**Abstract:** Este artículo parte de la discusión de la presencia transformadora de los negros en las universidades públicas y libres como contradiscurso de quienes suscribieron manifiestos anti-cota, utilizando la máxima de que “las cuotas intensificarían el racismo”, según lo informado por la antropóloga amazónica Zélia Amador. de Deus (2020, p 100). El objetivo principal de este trabajo es compartir parte de las reflexiones tejidas en el ámbito de la disciplina “*Historia de la Antropología: Autores Clásicos 2*”, también conocida como el instrumento político del epistemicidio en relación a la autoría negra, indígenas y de fuera del espectro del Norte Global. Enunció en primera persona sin el amargo sabor de haber recorrido el camino académico solo, no es que esto haya apaciguado por completo la soledad, sino que brindó las herramientas suficientes para ver de cerca la relevancia para la disciplina antropológica de Calibanas Mujeres: Zora Neale Hurston, Paulette Nardal y Suzanne Roussi-Césaire término acuñado por T. Denean Sharpley-Whiting (2002).

**Palabras clave:** Calibanas Mujeres. Autoría negra. Teoría antropológica.

---

<sup>8</sup>O presente artigo originou do trabalho final da disciplina de “*História da Antropologia: Autores Clássicos 2*”, ministrada pelo Prof<sup>o</sup> Henyo Barretto F<sup>o</sup> pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UnB), a quem agradeço pelo diálogo e comentários. Às colegas de departamento, Josinelma Rolande Bogéa, Aisha-Angéle Diéne e Raquel Sousa Chaves (Povo Tupinambá do Baixo Tapajós), agradeço pela disposição política em empreender a insubmissão estética e coletiva que chamamos de *Curacanga* (em tupi-guarani, cabeça de mulher), revista que reuniu os trabalhos finais apresentados ao final da disciplina. As discussões ora apresentadas são de minha inteira responsabilidade.

## Introdução

No segundo semestre de 2019, ano de ingresso no mestrado em Antropologia Social da Universidade de Brasília (UnB), cursei a disciplina de “*História da Antropologia: Autores Clássicos 2*” em uma turma de maioria negra. De forma inédita, o plano de ensino respondeu parcialmente aos anseios do corpo discente composto numericamente por sete estudantes negras e três indígenas, respectivamente dos povos Baniwa, Tupinambá/Santuário dos Pajés e Magüta. É importante ressaltar que não havia colegas quilombolas, o que demanda repensar o embargo<sup>9</sup> referente ao ingresso, permanência e representação de estudantes quilombolas, de povos e comunidades tradicionais no sistema de pós-graduação<sup>10</sup>.

O docente responsável pelo curso consultou a turma antes mesmo do início do semestre a fim de construir coletivamente e de maneira participativa o plano de ensino. A princípio, algumas autoras/es foram sendo lembradas/os, saliento que grande parte seguia obliterada pelo ementário e nos planos de curso da graduação e pós-graduação do Instituto de Ciências Sociais (ICS/UnB), salvo exceções fruto de reivindicações do próprio corpo discente e/ou docentes negras/os. Como anunciado, os estadunidenses W.E.B Du Bois, Zora Neale Hurston, Ella Deloria; antilhanas/os, Anténor Firmin, Maryse Condé e o queniano Jomo Kenyatta.

Ao final, o plano de curso contemplou relativamente o levantamento inicial, inclinando às Antilhas de Frantz Fanon, Suzanne Roussi-Cesaire e Suzanne Nardal; do contexto andino, a boliviana aymara Silvia Rivera Cusicanqui. Nessa linha de discurso das (re)existências negras, é possível identificar produções que despontam para comunicar e partilhar experiências similares ou predecessoras às nossas, como manifestado pela antropóloga Maíra Samara de Lima Freire (2020, p.11). Na comunicação intitulada “*Negras antropologias: a docência preta como ativismo*”, a autora arrola a episteme negra a favor da crítica à tradição antropológica. A fim de responder à questão: “o que ocorre quando pessoas negras adentram nesses espaços?” narra relatos reunidos a partir do seu

---

<sup>9</sup>Em 2020, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade de Brasília (UnB) aprovou a Política de Ações Afirmativas nos Programas de Pós-Graduação voltada para candidatas/os negras/os, indígenas e quilombolas. A decisão foi fruto da incidência política da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas (CONAQ), coletivos e grupos de estudos formados por estudantes, professoras/es e pesquisadoras/es negras/es desta instituição. Ainda que estabelecida na maior instância da instituição, no último edital do Departamento de Antropologia (DAN/UnB), a vaga destinada para candidata/o quilombola não foi preenchida, o que coloca a necessidade de acompanhar o que aconteceu em relação à baixa efetividade.

<sup>10</sup>Como aprofundado em minha dissertação de mestrado, ainda em curso, a *vertente pericial-antropológica* ligada a chamada produção de laudos antropológicos, pareceres e peças periciais em contexto quilombola, ocorrida entre 1990 a 2007, deve ao investimento da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) ao atender os processos de litigância judicial, administrativa e jurídica envolvendo os territórios quilombolas, porém, pouco acompanhados de expressiva produção acadêmica nos principais programas de pós-graduação em antropologia do Brasil. Como notado na bibliografia deste campo, os estados do Pará, Maranhão e Bahia estiveram mais atentos à organização sistemática do Movimento Quilombola nascente, além do projeto científico e político empreendido pelas intelectuais negras como a antropóloga e artista amazônida Zélia Amador de Deus e a historiadora Mundinha Araújo.

ingresso como cotista negra no Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional (PPGAS/UFRJ), Coletivo Marlene Cunha e sua recente experiência à frente da docência universitária em uma Instituição de Ensino Superior-IES do Nordeste.

A essa altura, as leitoras/es devem se interrogar: qual destino sucumbiu aos "clássicos" da disciplina antropológica? Com a palavra, o docente responsável pela disciplina.

Nesse sentido, embora acanhada, esta proposta não deixa de expressar o que Durrani (2019) chama de "ansiedade epistêmica", que tem se generalizado cada vez mais a cada ocasião em que se elabora um plano de ensino. Assumindo explicitamente essa ansiedade, a proposta é, também, um desafio e uma oportunidade que estabeleci para mim mesmo de aprender com as sugestões feitas pelos/as discentes e com algumas conexões que tentarei estabelecer. Trata-se de aceitar o desafio posto por Moore (1996) de problematizar ao longo do curso o que conta como conhecimento, o que conta como Antropologia e quem reconhecemos como produtores/as de conhecimento e teoria antropológica (Plano de Ensino. História da Antropologia: Autores Clássicos 2).

Partindo da premissa elaborada pelo antropólogo Alex Golub (2014), abordagens novas e velhas participam da dinâmica de concorrência entre as vertentes no interior da própria disciplina antropológica, a persistência das ausências, desaparecimentos e reentrâncias dependem bastante do jogo de forças que podem estar relacionadas à geopolítica do conhecimento, diretrizes da produção e circulação do conhecimento, vontade política<sup>11</sup> do docente que pode facilitar ou dificultar a construção de um espaço pedagógico horizontal e dialógico, o que comumente varia conforme a organização do corpo discente, contextos regionais, instituições e/ou vínculos afetivos.

Em tese, os programas de pós-graduações brasileiros confirmam a manutenção dos critérios de validação científica racistas e excludentes, com aberturas pontuais e gradativas. Como veremos à frente, a Política de Ações Afirmativas foi um marco histórico para a entrada massiva de estudantes negras/os na Academia. Nos últimos vinte anos, as vagas reservadas a cotistas negros/as foram ampliadas, correspondendo à expansão, descentralização e interiorização das Instituições de Ensino Superior-IES (universidades, faculdades, institutos federais, centros

---

<sup>11</sup>Em uma disciplina considerada a ideia-mãe da antropologia ministrada no meu primeiro semestre de ingresso do mestrado, a docente e grande parte dos colegas - afinal é sempre bom reportar a triangulação do racismo como proposto pela psicanalista Grada Kilomba (2019) - orquestraram verdadeiro embargo à leitura da obra **La invención de las mujeres**: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género, da epistemóloga nigeriana Oyèronké Oyěwùmí (2017), além de comentários racistas à escritora Sobonfu Somé, de Burkina Faso. Interessa pensar como os sujeitos brancos, que incluem as mulheres brancas, fazem questão de pronunciar que desconhecem a autoria estrangeira de origem africana e/ou afrodiáspórica, incluindo a nacional. Senti-me comprometida em contrapor à altura, haja vista que cursei durante a graduação a disciplina de "Filosofia Africana", ministrada por Wanderson Flor do Nascimento, filósofo e tradutor da autora no Brasil. Oyèronké Oyěwùmí fechou com chave de ouro o **Congresso Decolonialidade e Perspectiva Negra**, em 2016, organizado pelo sociólogo Joaze Bernardino-Costa. Embora a referida docente supracitada sequer tenha avaliado o trabalho final, publiquei-o posteriormente como capítulo de livro. Cf. NASCIMENTO, Rosânia. Notas antropológicas sobre a abordagem matricêntrica em Oyèronké Oyěwùmí. In: DE JESUS *et alii*. **Tecendo Redes Antirracistas II**: contracolônização e soberania intelectual. Fortaleza-CE. Imprensa Universitária-UFC, 2020.

universitários e centros de educação tecnológica) pelo País. Em segunda instância, a politização da categoria cor/raça como critério de autoatribuição da população negra, conforme o Estatuto da Igualdade Racial e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desvelou a ideologia da democracia racial e a política do embranquecimento.

A antropóloga amazônida Zélia Amador de Deus (2020, p. 68), afirma que “enquanto a Academia cala, os discriminados falam, mas não são ouvidos, são vozes inaudíveis”. A autora roga que o tempo faça a Academia compreender a entrada de estudantes negras/os como possibilidade de criação de linhas de investigação vigorosas e plurais. Esse tempo é agora. Ainda conforme a autora, estudantes negras/os “não costumam andar sozinhos. Carregam consigo, além de sua história de vida, a história de seus ancestrais”, irrompem a lógica para reivindicar as tradições epistemológicas referentes ao seu pertencimento racial, depreendendo experiências propositivas ou conflituosas.

No primeiro momento do curso de “*História da Antropologia: Clássicos 2*”, a discussão do cânone antropológico evidenciou as diretrizes e fundamentos políticos e ideológicos da produção do conhecimento. O educador brasileiro Paulo Freire (2020) abriu a disciplina convocando à autorreflexão em direção ao ensino-aprendizagem comprometido com a disponibilidade para o diálogo. Tecendo a trama da ambientação, textos de *blogs* escritos por professores estrangeiros da área de antropologia como Alex Golub (2014) e Mariam Durrani (2019), ensejaram reflexões no que se refere ao ensino da história da disciplina perante o legado colonialista, racista, sexista e imperialista.

Conforme o plano de ensino da disciplina, a expectativa em relação ao andamento do curso se deu da seguinte maneira, “num contexto de ‘ansiedade epistêmica’ e num esforço ainda incipiente de tentar abalar, em mim mesmo, algumas convicções enrijecidas em torno do ensino de ‘teoria antropológica’”, como enunciado pelo docente responsável. Em relação ao corpo discente negro, como reiterado pela antropóloga amazônida Zélia Amador de Deus (2020, p. 100), a Política de Ações Afirmativas disputou com os signatários dos manifestos anticotas, diziam que as “cotas iriam acirrar o racismo”. Nessa perspectiva, a Lei nº 12.711/12, conhecida como a Lei de Cotas para o Ensino Superior, consagrou a persistência de três décadas de luta do Movimento Negro brasileiro afirmada pelo Plano de Ações da Conferência de Durban, ocorrida em 2001 na África do Sul.

Como baluarte desta geração, Zélia Amador de Deus (2020) relembra que anterior à conquista internacional predita, obrigando o estado brasileiro a reconhecer o racismo e tomar medidas efetivas para sua eliminação - políticas públicas específicas direcionadas à população negra

e comunidades quilombolas, deve ser enaltecida a incidência política da Marcha de 1995 que tinha como lema “300 anos de Zumbi pela cidadania e pela vida”, ocorrida em Brasília, Distrito Federal.

Desse modo, o principal objetivo deste escrito é tornar público as reflexões tecidas no âmbito da disciplina “*História da Antropologia: Autores Clássicos 2*”, também conhecida como o instrumento político do epistemicídio em relação à autoria negra, indígena e de origens fora do espectro do Norte Global. Como se nota, a enunciação deste escrito ocorre em primeira pessoa sem o gosto amargo de ter percorrido o caminho acadêmico sozinha, não que isso tenha apaziguado por completamente a solidão, mas possibilitou ferramentas suficientes para conhecer de perto a relevância para a disciplina antropológica das Mulheres-Calibãs, Zora Neale Hurston, Paulette Nardal e Suzanne Roussi-Césaire.

Antes de adentrar na discussão propriamente dita, reitero que parte das compreensões em relação a produção acadêmica, artística e literária das Mulheres-Calibãs advém da inflexão crítica presente na obra “*Negritude Women*”, organizada pela intelectual afro-estadunidense T. Denean Sharpley-Whiting (2002). O pensamento transatlântico que fundamenta este escrito diz respeito à produção da historiadora Beatriz Nascimento. Atualmente, a valiosa obra tem sido reunida, debatida e ampliada pela iniciativa da União dos Coletivos Pan-Africanistas<sup>12</sup> (UCPA) que lançou em 2018 a coletânea “*Beatriz Nascimento: Quilombola e Intelectual*”; e recentemente o antropólogo Alex Ratts organizou o livro, em 2021, intitulado “*Uma história feita por mãos negras*”.

A propósito, o artigo está organizado em duas seções a fim de demonstrar como o pensamento das intelectuais Zora Neale Hurston, Suzanne Roussi-Césaire e Paulette Nardal qualificaram o pensamento transatlântico em interface com a produção antropológica, relacionadas a partir da confluência afrodiaspórica do século XX. Em paráfrase ao texto primordial intitulado “*À procura de Zora Neale Hurston*” da escritora afro-estadunidense Alice Walker (2021), a primeira seção designada “*A procura de Zora Neale Hurston como desmonte do dispositivo de racialidade da disciplina antropológica*”, percorre o pensamento feminista negro a fim de investigar como ocorreu o processo de apagamento da referida antropóloga afroestadunidense na vertente designada de Antropologia Cultural. Em síntese, contextualiza que o cânone opera em virtude da seletividade, perpetuação de vertentes e apagamento da autoria negra, sobretudo, quando se trata de mulheres afrodiaspóricas.

A segunda seção intitulada “*O hexágono francês não foi somente de Émile Durkheim e Marcel Mauss: Mulheres-Calibãs subvertendo a França Negra*”. Ao adentrar a formação em Ciências Sociais na

---

<sup>12</sup>Esta organização autônoma e independente de orientação panafricanista visa difundir e ampliar o acesso do pensamento preto mundial, designado pelo referido coletivo. Antes mesma do giro editorial comercial, a UCPA organizou e publicou três obras fundamentais ao público brasileiro, respectivamente, “*Beatriz Nascimento: Quilombola e Intelectual*” (NASCIMENTO, Beatriz 2018), “*Primavera para as rosas negras*” (GONZALEZ, Lélia 2018) e “*As Irmãs: mulheres africanas na revolução preta mundial*” (ODÛDUWÀ, Abisogun 2019).

graduação e pós-graduação, neófitos são inseridos ao universo familiar de Durkheim e Mauss, o primeiro, pela contribuição sociológica à disciplina antropológica; o segundo, seu sobrinho, é creditado como o principal baluarte da tradição francesa e com importante incursão na Inglaterra, mas por ter reunido ao seu redor diversos pupilos que, posteriormente, se destacaram nos subcampos clássicos da disciplina.

Conforme Carlos Alberto Steil (1997), o francês Marcel Mauss teve o seu pensamento disseminado por seus discípulos que trabalhavam a favor da unidade e sistematização da produção relativamente fragmentada e dispersa do autor. Também entre nós, cientistas sociais brasileiras, é sabido do empreendimento do antropólogo Claude Lévi-Strauss na recepção e divulgação da obra maussiana, ainda que Marcel Mauss não tenha publicado um livro sequer em vida. O que pouco tem sido dito é que o contexto parisiense não se encerrou em nomes de intelectuais e artistas brancos, há que se lembrar que a pequena burguesia negra das Antilhas, por exemplo, seguiu para a Metrópole para dar continuidade aos estudos acadêmicos e fazer política, ao lado de outras/os estudantes pouco abonadas/os, gestaram a França Negra, noção esta que em síntese serviu como encruzilhada das relações tecidas por intelectuais, artistas e tradutoras negras/os na intersecção da Diáspora, África e Metrópole, como as martinicanas Suzanne Roussi-Césaire e Paulette Nardal.

### **A procura de Zora Neale Hurston como desmonte do dispositivo de racialidade da disciplina antropológica**

O poema de Cristiane Sobral<sup>13</sup> (2019), que abre este artigo, não tem apenas caráter figurativo. A referida escritora, por meio da poética negra, imputa ao cânone ocidental a responsabilidade pelo dispositivo de racialidade branca, como aprofundado à frente, ao afirmar que o cânone se estabeleceu pela suposta primazia de sujeitos e instituições opressoras, o que somente se sustenta tendo em vista a relação hereditária e exclusivista defendida por “pedigree”, como provoca o eu-poético da poeta carioca radicada em Brasília, Distrito Federal.

Segundo a filósofa Sueli Carneiro (2005, p. 57), a racialidade constitui saberes, poderes e modos de subjetivação que engrenam o dispositivo associado ao biopoder. Trocando por miúdos

---

<sup>13</sup> Entre 2017 e 2019 estive ao lado de outras duas colegas negras à frente da Oficina Escrivências, projeto pleiteado por edital universitário feito por/para estudantes da Assistência Estudantil da Universidade de Brasília (UnB). Nas duas edições realizadas nos campi de Planaltina e Darcy Ribeiro, homenageamos as escritoras Conceição Evaristo e Cristiane Sobral. Ao final, o esforço político consistiu na ampliação e discussão do acesso da literatura negro-brasileira através de doação e sorteios de livros aos participantes, em sua maioria, composto por mulheres negras (cis e trans), pessoas LGBTQI+ e/ou estudantes migrantes. Ao mesmo tempo, como forma de desvelar o racismo institucional, identificamos que não havia àquela altura obras das autoras homenageadas nas bibliotecas daquela instituição, fizemos questão de doar a obra autografada para que mais estudantes negras, como nós, tivessem acesso e se sentissem incentivadas a compartilhar experiências semelhantes e projetos vindouros.

foucaultianos, a autora sofisticada tal pressuposto ao inaugurar no escopo do seu trabalho intelectual a unidade analítica do dispositivo de racialidade.

Percorrendo o campo científico das ciências humanas e sociais, ela assevera que “o negro saiu da história para entrar nas Ciências como objeto de pesquisa” (CARNEIRO, 2005, p. 57). Em outra instância, o dispositivo de racialidade engendra em seu interior o epistemicídio, como sabido a noção deste último conceito é embebido pela produção do português Boaventura de Sousa Santos, o que se confirma como ferramenta teórica de Sueli Carneiro é identificar que este respondeu pela superiorização branca brasileira em conformidade com a anulação do sujeito negro na produção, validação e circulação do conhecimento. Identificada as interdições produzidas por instituições, Sueli Carneiro arrola no centro da sua discussão quatro resistências de intelectuais negras que evitam cindir a produção científica e ativista em posições opostas e conflitantes.

No Brasil, as recentes organizações e/ou reedições dos textos de importantes intelectuais e escritoras negras como Ruth Guimarães, Lélia González, Virgínia Bicudo e Beatriz Nascimento respondem à política antirracista, responsável por aportar para dentro da Academia a produção intelectual, saberes e conhecimentos negros. Apesar disso, a filósofa Sueli Carneiro (2005) afirma que o conhecimento pertence ao domínio de outrem do domínio da racializada branca que excluiu o corpo negro da cena, cujo fito foi a consolidação da hierarquia racial. Se ampliarmos as tramas das relações de poder e seus múltiplos efeitos no campo editorial brasileiro, por exemplo, vamos perceber que até recentemente as autoras negras permaneceram esquecidas e preteridas por muito tempo, embora formadoras do Movimento Social Negro.

Hoje, o setor nacional lucra mantendo certa parcela no rótulo de «negras de estimação», termo cunhado pela antropóloga Zora Neale Hurston (2021), o que sinaliza o processo gradual da luta antirracista que também inclui autoras nacionais com equivalência para origens geográficas e culturais diversas, como quilombolas, nordestinas, nortistas e de povos e comunidades tradicionais, ainda bastante subrepresentadas. Diante disso, resalto o projeto editorial autônomo da União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA) que apresentou no último quinquênio diversas coletâneas ao público brasileiro em prol da divulgação de africanas/os (do continente e/ou diaspóricas) do espectro radical, afrocentrado e transatlântico, conforme a historiadora Beatriz Nascimento.

*A África Negra, a África desconhecida, ela mesma busca se conhecer através do encontro com quem está chegando. Que era o reencontro de áreas do Ocidente com o Oriente, com a África, com a possibilidade de chegar às Índias. O QUE É A CIVILIZAÇÃO AFRICANA E AMERICANA? É um grande transatlântico. Ela não é a civilização Atlântica, ela é Transatlântica. Foi transportada para a América, um tipo de vida que era africana. É a transmigração de uma cultura e de uma atitude no mundo, de um continente para o outro, de África para América (NASCIMENTO, 2018, p. 327).*

Como evidenciado no decorrer deste artigo, observa-se que o mundo transatlântico privilegiou a produção artística, literária e acadêmica escrita em língua inglesa e francesa. De modo que, opto pelo conceito fundamental da tradição transatlântica da intelectual brasileira Beatriz

Nascimento (2018) a fim de incorporar à análise a produção latino-americana de expressão lusófona. Assim, compreendo a mirada «transatlântica» correspondendo a tradição negra gestada no circuito entre África(s), Américas e Europa no lapso do primeiro quartel do século XX. Quando usada no plural, define e qualifica a intelectualidade negra independente de sua origem geográfica.

No Brasil, diante da atual repercussão da obra da feminista Silvia Federici (2019), pode haver confusão em relação à minha escolha pelo título de «Mulheres-Calibãs». Sendo assim, a alocação da autora italiana refere a relação intrínseca entre expropriação e acumulação primitiva do capital em interface com o processo histórico de caça às bruxas. É importante sinalizar que Sycorax, uma bruxa nascida na Argélia, Norte de África, representa os anseios feministas em potencializar o medo do poder das mulheres no mundo Ocidental (FEDERICI, 2019).

Por outro lado, o Movimento *Négritude* alinhado às produções e ativismo das martinicanas Suzanne Roussi-Césaire e Paulette Nardal, portanto não apenas a tríade Césaire-Damas-Senghor, ocorreu no transcurso da década de 1930 em plena Paris surrealista, apropriando das personagens shakespearianas para representar o âmago existencial do escravizado que se rebelou à ordem colonialista, tradicionalmente representada pela personagem Calibã. As «Mulheres-Calibãs» arrolam como o discurso gestado pelas feministas negras atrelado a produção antilhana a fim de subverter o ideal da Revolução Francesa, burguesa e liberal.

A insubmissão das Mulheres-Calibãs também é estética, como preconizado na coletânea “*Black France/France Noir: The History and Politics of Blackness*” (KEATON *et alli*, 2012). Na capa, uma mulher negra adornada com um barrete frígio que, em seus múltiplos significados, representa a Queda da Bastilha, subverte o afã republicano francês, pois transparece o poder feminino antilhano.

Desta forma, a representação autodefinida das mulheres negras, termo caro do Pensamento Feminista Negro, conforme a socióloga Patricia Hill Collins (2019), desafia os postulados científicos do tropo antropológico. Seria inconcebível para certos antropólogos conjecturar a referendada imagem descrita anteriormente para além do objeto científico, inferiorizado, presumido como sendo pré-lógico ou irracional tal qual expressado em tratados morais, sociológicos e etnológicos do francês Lévy-Bruhl. É importante sinalizar que este autor foi também contemporâneo das Mulheres-Calibãs, como pretendo aprofundar na seção seguinte.

A antropóloga Leith Mulling (2013), aponta que a tradição antirracista emerge na disciplina antropológica após findada a Segunda Guerra Mundial, o que leva a interpretar que o racismo enquanto categoria analítica parte das consequências genocidas ocorridas na Europa, então considerado um crime de lesa-humanidade. Significa dizer que o passado da disciplina foi assentado



nas bases do colonialismo, escravidão e no racismo científico, embora tivessem poucos efeitos autorreflexivos no fazer antropológico e suas bases teóricas.

No Brasil, o interesse acerca da produção da antropóloga afro-estadunidense Zora Neale Hurston aumentou consideravelmente, consagrada pela iniciativa do número anterior deste periódico intitulado “*Fire!!! Textos escolhidos de Zora N. Hurston*”, organizado pelo Recânone-UFRN (2021). Na feitura inicial deste artigo, circulavam no rol da disciplina antropológica o artigo “*Diários de Antropologia Griô: etnografia e literatura na obra de Zora Hurston*” e uma nota à tradução de “*Zora Hurston e as luzes negras das Ciências Sociais*”, ambas do antropólogo Messias Basques (2019a e 2019b). Não obstante, em que pese o epistemicídio operado na Academia, a armadilha principal que se impõe é recuperar o fio originário da recepção de um autor ou autora estrangeiro/a correndo o risco de reproduzir silenciamentos.

Em razão, recupero a comunicação da antropóloga Máira Samara de Lima Freire (2020), colega do mesmo programa de pós-graduação do autor anterior, que afirma a existência da disciplina “*A questão racial: perspectiva de Pensadorxs Negrxs?*”, ministrada pelas professoras Maria Elvira Díaz-Benítez e Fátima Lima do Museu Nacional, em 2018; de atividades políticas e formativas desempenhadas pelos coletivos negros “Marlene Cunha” e “Zora Neale Hurston”, este último integrado por mim até o ano de 2020.

Da minha parte, concebo o giro epistemológico negro acompanhado de uma profícua efervescência editorial, bendizendo o projeto político do movimento social negro. Como tenho mobilizado neste artigo o manancial das nossas mais velhas, a filósofa Sueli Carneiro (2005) e a antropóloga Zélia Amador de Deus (2020), somos a geração contemplada pela Política de Ações Afirmativas, portanto, herdeiras de Ananse e das lutas pelos direitos sociais e culturais da população negra.

Nos Estados Unidos, a massa crítica de escritoras como Toni Morrison, Alice Walker e Gloria Naylor reconhecem Zora Neale Hurston como a pioneira da literatura afro-estadunidense. Ainda que não seja o objetivo principal deste artigo, a recepção de autoria estrangeira por aqui tem ocorrido no trânsito da Academia, mercado editorial, opinião pública fomentada pelas redes sociais e outras mídias como podcasts<sup>14</sup>. Como apontado pela socióloga Patricia Hill Collins (2019, p. 207), a deferência a esta antropóloga deve-se ao fato desta ter ensinado às suas irmãs afro-estadunidenses “o direito de ser negra e mulher e respeitada” e alertando igualmente para o perigo de transformarmos em «negras de estimação» da branquidade.

---

<sup>14</sup>Em relação a trajetória da antropóloga afro-estadunidense Zora Neale Hurston, destaco outras mídias de áudio, por exemplo, os episódios de *podcasts* produzidos por Juliana Brina para o programa *Clássicxs Sem Classe* (2020); Áureo Lustosa Guérios do *Literatura Viral* (2020) e Marina Fonseca que entrevistou integrantes do Coletivo Zora Neale Hurston para o programa especial do *Conversas da Kata* (2020).

Zora Hurston não é uma autora cuja obra se resume ao período de nascimento e de institucionalização da Antropologia nos Estados Unidos. Tampouco é suficiente dizer que foi aluna de Franz Boas ou que sua trajetória deve ser compreendida pelo trânsito incomum e bem-sucedido entre a etnografia e a ficção. Trata-se de uma antropóloga que, em diversos aspectos, esteve adiante de seu tempo e que nos permite repensar a própria história da disciplina, os seus métodos e formas de escrita. A cumplicidade e o aprendizado com autores como Kossola Oluale fizeram de Zora N. Hurston uma das maiores escritoras do século XX. Uma antropóloga griô, cuja contribuição às ciências sociais ainda não foi devidamente reconhecida (BASQUES, 2019a, p. 325).

Nesse sentido, concordo com o antropólogo Messias Basques (2019a) que Zora N. Hurston ainda segue desconhecida nos cursos de ciências sociais do Brasil. Entretanto, antes de focar no processo do seu silenciamento, chamo atenção a indagação proposta pelo antropólogo Alex Golub (2014), em seu *blog Savage Minds*, indaga: existe um cânone antropológico? Considerando a antropologia brasileira, a circulação de teorias antropológicas oriundas do Norte Global ocorreu até a segunda metade do século XX obedecendo a recomendações dos seus intérpretes que tiveram sua credibilidade concedida após incursão em centros-sistêmicos da antropologia social e cultural no exterior, mais tarde, consagrados nos programas de graduação e pós-graduação em antropologia Brasil afora.

Retomando as críticas propostas por Alex Golub (2014), a antropologia arregimentou a história da sua disciplina apoiando-se em fatos anedóticos, dados duvidáveis coletados sob lastro colonial, pelo culto a personalidades que sequer saíram de suas bibliotecas particulares em vida, ou seja, permaneceram dentro dos limites do hexágono francês. Por conseguinte, os historiadores da disciplina deixaram escapar processos históricos, lugares e pessoas indelévels da atmosfera europeia e norte-americana que também contribuíram para o desenvolvimento dos referenciais investigativos, etnográficos e analíticos da disciplina. O argumento recorrente, quando questionada a ausência de autoria negra nas ementas da disciplina antropológica, supostamente, é justificada em virtude da “atualidade” teórica ou de traduções recentes de tais obras no Brasil que, não por acaso, quando acessadas e analisadas datam do mesmo lapso da autoria canônica.

Há que se recordar que a antropóloga afro-estadunidense Zora Neale Hurston percorreu trajetória acadêmica similar àquela das antropólogas brancas Margareth Mead e Ruth Benedict, o que aconteceu? Em razão disso, parte da resposta conecta diretamente ao ambiente do Barnard College, como sabido, foi um espaço de forte feminização que de maneira subliminar ensejou a concorrência no interior da Antropologia Cultural. Desnecessário dizer que o contexto geopolítico ensejou a reposição da disciplina antropológica, em certa medida, alguns antropólogos estavam a serviço do imperialismo e capitalismo. Leith Mullings (2013), reanima a importância, entre 1940 e 1950, dos estudos de Franz Boas, Gene Weltfish, Ruth Benedict, Ashley Montague e Robert Redfield na contraposição à justificação da segregação racial, ao mesmo tempo que a autora

também traz à baila iniciativas anteriores de antropólogos afro-estadunidenses como Allison Davis e Clair Drake, ainda pouco difundidos.

É importante destacar que as antropólogas brancas de diversos contextos nacionais podem compartilhar experiências de sexismo no interior da disciplina, mas não como quaisquer outras mulheres marcadas pela racialidade inferiorizada, haja vista que a opressão patriarcal atravessa os domínios das instituições científicas e acadêmicas, mantendo em seu cerne a hierarquia racial generificada. Lembrando que as carreiras das antropólogas negras e quilombolas são definidas por padrões interseccionais de raça, classe, gênero, nação, etnia e sexualidade, como argumentado pela socióloga Patricia Hill Collins (2019). Isto posto, dificilmente se percebe nas ciências sociais, como um todo, o reconhecimento de autoras que não mulheres brancas e/ou oriundas do Norte Global.

No rol da antropologia tem sido muito comum observar algumas antropólogas brancas dividirem privilégios e prestígios com seus colegas de profissão e racialidade em campos clássicos, por exemplo, estruturalismo (Claude Lévi-Strauss e Sherry Ortner); psicologia evolutiva e ecologia comportamental (Gregory Bateson e Ruth Benedict) e abordagens simbólicas e interpretativistas (Victor Turner e Mary Douglas), como alertado por Alex Golub (2014). A recuperação das produções de cunho etnográfico e literário de Ella Deloria e Zora N. Hurston que integraram a linhagem boasiana, como Margareth Mead e Ruth Benedict, não ultrapassam os limites da crítica feminista, não por acaso, vista como subcampo da disciplina. As autoras negras são lembradas por pesquisadoras que têm a pesquisa engajada como sua práxis e orientação política e racial, e não por historiadores da disciplina.

A educadora afro-estadunidense bell hooks (2019), afirma que novas dinâmicas sociais, culturais e políticas podem provocar atualizações no cânone, mas isso não o transforma absolutamente.

Talvez trabalhar com Boas tenha sido o que inicialmente permitiu a Hurston abordar a antropologia sem criticar conscientemente o colonialismo, o imperialismo cultural, o racismo que faz parte da constituição da disciplina. A noção de 'objetividade' e a ideia de que as culturas a serem estudadas estavam necessariamente desaparecendo, morrendo, eram perspectivas informadas pelo imperialismo cultural branco. Em vez de questionar esses pressupostos, Hurston as adotou, aceitando a ideia de que 'objetividade' era tanto uma perspectiva que poderia ser adquirida quanto um ponto de vista vantajoso necessário para o pesquisador (hooks, 2019, p. 267).

Outro comentador, Emmanuel Parent (2014) destaca que Franz Boas teve particular interesse na produção etnográfica de Zora N. Hurston quando seu professor no Barnard College, Nova York. Ainda segundo o autor, ofereceu-lhe apoio científico e moral ao perceber que a antropóloga em voga teria incursão facilitada no seio da comunidade afro-estadunidense em virtude do seu pertencimento racial. É importante destacar que a corporeidade negra permitiu certos deslocamentos entre interlocutores Negros de Nova York, do Alabama e das Antilhas. Ainda

conforme o autor, ela também esteve sob fortes críticas de seus colegas do Movimento da Renascença do Harlem, como o poeta Langston Hughes que discordava de certos métodos retrógrados aplicados por esta antropóloga na Avenida Lenox<sup>15</sup>.

Absorvendo de forma inocente a perspectiva da cultura branca dominante na pesquisa antropológica, Hurston (como antropóloga em formação pelo Barnard College) abordou o trabalho de campo com a ‘objetividade’ que aprendeu ser um componente necessário do trabalho acadêmico. O fracasso em realizar o que ela esperava com essa tentativa de reunir materiais forçou Hurston a avaliar criticamente a metodologia que tinha aprendido na vida acadêmica. [...] Em vez de colocar uma distância entre si e as pessoas de quem esperava coletar informações, Hurston buscou estabelecer laços íntimos com elas. Ela seguiu um padrão de observação participante que informaria todo o seu trabalho antropológico (hooks, 2019, pp. 267-268).

Voltando a Emmanuel Parent (2014), o autor reconhece que Zora N. Hurston permaneceu obstinada em aprimorar uma metodologia levantando peças folclóricas do Sul dos Estados Unidos, considerada fulcral na promoção da sua teorização antropológica. Ao visitar Eatonville, na Flórida, Alice Walker (2021, p.112) demonstra perplexidade em relação ao profundo desconhecimento daquela a quem preferiu chamar de “Gênia do Sul”, a Sra. Moseley, contemporânea da escritora e antropóloga, afirma que no sistema de ensino da cidade de maioria expressiva Negra, “eles não ensinam. Eu acho que a maioria das pessoas não sabe nada sobre Zora Neale Hurston ou conhece alguma das grandes coisas que ela fez”.

Conforme destacado por Parent (2014), o fluxo da vida social afro-estadunidense sofreu embargo econômico após a Crise de 1929, como recorrente no pano de fundo da literatura de Maya Angelou e Toni Morrison. A autor argumenta que a comunidade saiu alijada, perdendo parte da vivacidade artística e literária presentes no início do século XX; por outro lado, surgiram no decorrer das décadas de 1940 e 1950 alguns novos nomes proeminentes como o poeta Richard Wright, este inclusive teceu forte crítica à técnica de escrita da antropóloga Zora N. Hurston. Como assentido por Alice Walker (2021), acusações públicas diziam que ela essencializou e transferiu para suas produções o vernáculo do Sul Profundo, conhecido como “Inglês negro”, ao arrefecer a estereotipação racial suscitada após a Guerra de Secessão em referência a servilidade e passividade dos Negros.

Em virtude disso, reconhecendo os embargos políticos e ideológicos que Zora enfrentou em vida, leva a refletir sobre a engrenagem da Academia. Como observado, volta e meia o *novo* pode surpreender o famigerado cânone, também é fato sabido que não significa que o proclamado altar dos pensadores originários do tropo antropológico, considerados racistas e etnocêntricos, são

---

<sup>15</sup>Atualmente, é renomeada Avenida Malcolm X.

problematizados com a devida criticidade. Outro detalhe do funcionamento do cânone que precisa ficar evidenciado é que, infelizmente, Zora Neale Hurston (2021), ainda hoje, continua correta ao ter identificado que o sistema acadêmico, midiático, político e editorial coopta alguns intelectuais negras/os. A entrada de uma pessoa negra em instituições de poder brancas não assegura o reconhecimento do pensamento transatlântico. A passagem pode ocorrer de maneira efêmera e humilhante. Essa lição é uma das nossas mais velhas constatações políticas, de modo que somente o levante coletivo responderá pela envergadura epistemológica negra.

### **O hexágono francês não é somente de Émile Durkheim e Marcel Mauss: Mulheres-Calibãs subvertendo a França Negra**

A crítica feminista T. Denean Sharpley-Whiting (2002), diz que as discussões raciais, culturais e artísticas são empreendidas pelas intelectuais transatlânticas na França nos auspícios das chamadas vanguardas artísticas. Nesse sentido, vale a pena ressaltar que as Mulheres-Calibãs podem ser notadas em espaços como o *Salón Clamart*, em Paris, do qual fizeram parte as martinicanas Paulette Nardal e Suzanne Roussi-Césaire. Em virtude do escopo comedido deste artigo, optei por delimitar apenas essas duas autoras, no entanto, o caudal compreende mais de duas dezenas de destaques femininos e masculinos. Como visto na seção anterior, a Renascença do Harlem, Nova York, marcou a trajetória da antropóloga Zora Neale Hurston, na obra **Negritude Women** da autora apresentada anteriormente, o contexto político e econômico do entreguerras ensejou a circulação de artistas e acadêmicas afrodiáspóricas nutridas por financiamentos particulares de certos ricos britânicos e estadunidenses brancas, a título de exemplo, Nancy Cunard e Charlotte Osgood Mason, esta última bastante criticada por Alice Walker (2021).

No dossiê publicado em francês e inglês, “*L’Atlantique Noir de Nancy Cunard. Negro Anthology*”, a organizadora Sarah Frioux-Salgas (2014) destaca que antologias literárias costumavam reunir diversos intelectuais, artistas, políticos, poetas e antropólogos negros como Samuel Beckett, Georges Sadoul, Ezra Pound, Langston Hughes, Zora Neale Hurston, Georges Padmore, Alain Locke, Georges Lavachery, Jomo Kenyatta e Kenneth Macpherson. No Brasil, grande parte destes nomes seguem completamente desconhecidos no rol das ciências humanas e sociais, e o inverso em relação à autoria negra brasileira em contexto internacional também é verdadeira.

Os intercâmbios acadêmicos, artísticos e culturais promovidos entre a Diáspora, África e a Metrópole deram origem ao universo cosmopolita, mais tarde chamado França Negra (KEATON *et alli* 2012). Como emergem das colônias as Mulheres-Calibãs? Como suas vozes enunciam na Europa? É importante salientar que o pensamento transatlântico não é interpretado aqui enquanto campos insulares, pelo contrário, perpassam combinações, disputas, reentrâncias e fusões.

Alex Golub (2014), agrupou três antologias antropológicas que são publicadas desde a década de 1970, elas ainda continuam sendo reeditadas para o público-leitor da América do Norte, reproduzindo silenciamentos. Nessas peças antologizadas, pode-se observar que a organização da história da disciplina segue acomodada em dois grandes lapsos temporais: «1850-1950 e 1950-2000» que integram as designadas «escolas de pensamento». Nessa perspectiva, o autor demonstra haver implícito certo grau de canonicidade definidor da inserção de determinados grupos de autores e autoras nos arautos da história antropológica.

A educadora bell hooks (2019) comenta a recepção da obra etnográfica da obra intitulada *Mules and Men* nos Estados Unidos, de Zora N. Hurston. Isto posto, ela afirma que a antropóloga se inseriu na disciplina antropológica em um momento de forte concorrência entre teorias amplamente racistas que revelavam a concomitância de dois centros-sistêmicos do Norte Global: Europa e Estados Unidos.

Esse relato indica o modo como a abordagem inicial de Boas ao estudo de outras culturas havia sido informada pelo colonialismo, o sentido de superioridade cultural que moldava o trabalho de campo de seus predecessores. Por mais tendencioso que esse parágrafo possa parecer agora, dizer que se viu espelhado no “Outro” foi uma mudança radical para Boas. Por fim, ele trabalhou para tornar a antropologia uma disciplina que não servisse ao interesse do imperialismo branco, vendo-a, pelo contrário, como um potencial campo de resistência, tentando corrigir falsas alegações da superioridade de uma dada cultura, de um modo de vida, sobre outro (hooks, 2019, p. 266).

Como demonstrado pelo antropólogo Alex Golub (2014), os trabalhos teóricos de autores como Spencer, Morgan, Tylor, Marx-Engels, Freud, Durkheim, Weber e Mauss estruturam o arcabouço teórico-metodológico da disciplina antropológica. Se considerar o grau de canonicidade desse passado marcado por projetos colonialistas, porém legitimado por teses do racismo científico, Émile Durkheim é projetado como o grande “pai” da tradição francesa. Outra questão bastante latente na antropologia diz respeito ao papel desempenhado pela consanguinidade que marca as primeiras teses de parentesco, esta última considerada a ideia-mãe da cadeia de competência da disciplina. Não poderia deixar de fora o “pedigree” estruturante da produção antropológica, afinal Émile Durkheim e Marcel Mauss eram tio e sobrinho.

A hegemonia das linhagens antropológicas, conforme Mariza Peirano (2006), baseia-se no *métier* do fazer antropológico. Se como defendido por esta antropóloga, existem linhagens teórico-disciplinares que balizam a história teórica e a história da antropologia, é correto indagar que o epistemicídio opera na disciplina segundo os laços familiares e afinidades entre orientadores-orientandos em instituições hegemônicas? Fica registrada a rica indagação.

Como construção disciplinar, a antropologia intencionalmente se desenvolveu dissipando em pedaços teóricos (GOLUB, 2014) que são recuperados, revisitados e reinterpretados conforme interesses políticos, ideológicos e pessoais de seus predecessores brancos. A ideia de «pedaços» tal

qual apresentada pelo pensamento transatlântico possui significados múltiplos que desacordam com a lógica canônica. Recompôr «pedaços», como pontuado pela historiadora brasileira Beatriz Nascimento (2018), significa subverter a linguagem da memória e fazer inteligível os intertícios e silenciamentos impostos ao Negro, porque a sociedade escravista o proibiu de Ser. Acrescenta a intelectual transatlântica que “é preciso a imagem para recuperar a identidade. Tem-se que tornar-se invisível, porque o rosto de um é reflexo de outro, o corpo de um é reflexo de outro e em cada um o reflexo de todos os corpos. A invisibilidade está na raiz da perda da identidade” (NASCIMENTO, 2018, p. 332).

Neste escrito, a imagem das «Mulheres-Calibãs» responde aos anseios políticos de recompôr os «pedaços» e escancarar o cânone que insiste no discurso de sua excepcionalidade branca, masculina, europeia e estadunidense. Como demonstrado em importantes estudos produzidos por intelectuais transatlânticas em língua francesa e inglesa, a burguesia negra, antilhana, afro-estadunidense e africana, compartilhou a coexistência com a tradição francesa antropológica. Se a antropologia considerou o circuito do período entreguerras como fato histórico decisivo da capilaridade das abordagens e vertentes que deu a Franz Boas, de família judaica emigrada da Alemanha para os Estados Unidos, a chancela de “pai” da Antropologia Cultural, recusar a reconhecer o pensamento transatlântico também como precursor da disciplina antropológica não explicita a operação do racismo? Penso que sim.

Na literatura francesa, o *Salón Clamart* pode ser definido como um espaço social, intelectual, artístico e cultural propiciado por reuniões de políticos, poetas, artistas, antropólogas africanas/os, antilhanas/os sob influência da tradutora e erudita Paulette Nardal. As martinicanas que prefiro denominar de Mulheres-Calibãs, produziam e discutiam assuntos diversos como comunismo, ciência e vanguardas artísticas das quais as matrizes africana e latino-americana são importantes influências estético-estilísticas. O referido espaço estava situado no Quartier Latin, em Paris, exatamente nas adjacências onde se reuniam também os pupilos de Marcel Mauss, como Michel Leiris, que foi amigo pessoal do poeta Aimé Césaire, então marido da intelectual Suzanne Roussi-Césaire (SONGOLO, 1975; CHURCH, 2013; BONI, 2014).

Como se percebe na tese de Aliko Songolo (1975), resta ao autor recordar de Paulette Nardal e Suzanne Rossi-Césaire, intelectuais recuperadas à luz da crítica feminista por Emily Musil Church (2013) e Tanella Boni (2014). As intelectuais transatlânticas da Paris dos anos 1930 compartilham conexões intelectuais de homens antilhanos e africanos. Obviamente, evito a contraposição simplória das Mulheres-Calibãs aos autores consagrados como o poeta Aimé Césaire e o político Léopold Sédar Senghor, porém, certa abertura para reflexão das benesses sexistas à esta análise e interpretação por parte do público-leitor é bem-vinda. É preciso trazer à tona a máxima

da socióloga Patricia Hill Collins (2019), que defende que as mulheres negras nunca reproduziram silêncios em relação aos seus companheiros negros, esta regra compete aos prestígios masculinistas na perpetuação da produção e circulação do conhecimento científico pelo crivo sexista.

Notadamente, pesquisas sobre a vida e obra das intelectuais transatlânticas costumam esbarrar em um duplo silêncio: acadêmico e pessoal. A produção antropológica, vanguardista e da tradição negra francesa apresentou raras menções à intelectual Suzanne Roussi-Césaire<sup>16</sup> e nenhuma a Paulette Nardal<sup>17</sup>. Diante disso, suspeito que seja por conta da relação conjugal desta primeira com o poeta Aimé Césaire, em geral, ela aparece registrada como a “esposa”. Na tese doutoral do crítico Aliko Songolo (1975), são priorizados os nomes masculinos negros em interface com intelectuais brancos franceses, desnecessário dizer que os nomes mais recorrentes foram do filósofo Jean Paul-Sartre e do poeta surrealista André Breton.

T. Denean Sharpley-Whiting (2002, p. 14), direciona sua crítica a genealogia masculinista da tradição francófona em virtude das ausências das martinicanas Paulette Nardal e Suzanne Roussi-Césaire na produção acadêmica e artística dessa época, no início do século XX. A autora recupera a premissa da romancista Maryse Condé que profere a seguinte máxima: “sempre que as mulheres falam, elas desagradam, chocam, perturbam”. Assim, ao inverter a operação do silenciamento para enunciação, entendo que a consciência autodefinida e coletiva das mulheres negras ressignifica o silêncio, “ele não deve ser interpretado como submissão”. As mulheres negras transcendem as opressões de raça, classe, gênero, sexualidade e nação para afirmar a sua epistemologia (COLLINS, 2019, p. 181).

Desse modo, o reconhecimento das martinicanas pode tardar na academia ou na comunidade dos intelectuais negros, antilhanos ou africanos. No entanto, os legados das antilhanas Paulette Nardal e Suzanne Roussi-Césaire marcam profundamente a consciência racial gestada na França Negra desde a primeira metade do século XX. Assim, o lapso compreendido entre 1920 e 1940 foi marcado pela profusão de projetos literários, círculos artísticos, intelectuais e grupos acadêmicos marcados pela presença de mulheres negras, mas nem todos espaços e confrarias tiveram vida longa. Como sabido, alguns foram interrompidos pelo regime fascista francês, como

---

<sup>16</sup>A filósofa marfinense Tanella Boni (2014), assevera que Suzanne Roussi nasceu na Martinica, como comum na sua época, depois de concluídos os anos no liceu os estudantes advindos da burguesia seguiram para França. Ela estudou em Toulouse e depois Paris; na década de 1930 casou-se com o poeta Aimé Césaire, em 1941, após sua incursão na vanguarda surrealista, fundou com seu esposo e dois amigos, René Mênil e Astride Maugée, a revista cultural *Tropiques*.

<sup>17</sup>Segundo Emily Church (2013), Paulette Nardal foi a mais promissoras entre as sete irmãs da sua família, ela nasceu na Martinica, na juventude estudou inglês na Jamaica, o que lhe garantiu trânsito no mundo afrodiáspórico, portanto, coube-lhe no Saló Clamart a posição de idealizadora e tradutora dos poetas negros da Renascença do Harlem, por exemplo. Na década de 1920, Nardal seguiu para Paris a fim de aprofundar seus estudos superiores em Literatura Inglesa e, assim, ingressou na prestigiosa Universidade de Sorbonne. Ainda conforme a biografia, até o fim da Segunda Guerra Paulette Nardal foi muito ativa em jornais estudantis e políticos, e trabalhou na década de 1940 como secretária parlamentar para os políticos Joseph Lagrosillière e Galandou Diouf.



exemplificado pela vida curta do jornal *Légitime Défense*, conforme arguição da filósofa marfinense Tanella Boni (2014).

Para o antropólogo James Clifford (1998), o contexto de trincheira da Primeira e Segunda Guerra Mundial dispersou muitos etnógrafos pela Europa e Estados Unidos. Por outro lado, encerrou vários debates gestados nas aulas do francês Marcel Mauss em função de exílio ou censura.

Bataille, Leiris, Roger Caillois criaram um grupo informal de intelectuais de vanguarda (alguns deles alunos de Mauss) que se autodenominavam o Collège de Sociologie. Sua inclinação para a sociologia sinalizava a rejeição do que eles viam como uma excessiva identificação com a literatura e arte. [...] O Collège de Sociologie- que se reuniu durante dois anos na sala de jantar de um café no Quartier Latin, acabou por causa da dissensão interna e da irrupção da guerra- foi uma tentativa de integrar o rigor científico à experiência pessoal no estudo dos processos culturais (CLIFFORD, 1998, p. 161-162).

Ainda conforme James Clifford (1998), o termo etnografia empregado pelos etnólogos franceses do *Collège de Sociologie* não possuía a mesma dimensão daquela empregada mais tarde na disciplina antropológica. Ademais, a técnica podia não ser a mais apurada, pois, faltavam-lhes a experiência do campo, mas o curto lapso de tempo foi suficiente para redimensionar o papel dos fatos sociológicos para a teoria social antropológica nascente. Cumpre destacar que no próprio título do círculo francês mencionado, denota-se a predileção pela vertente inaugurada por Durkheim e Mauss. Outra característica primordial deste círculo foi a ligação de muitos dos seus frequentadores como Bataille, Rivet, Métraux, Leiris ao *Institut d'Ethnologie* e, por consequência, ao *Musée de l'Homme*.

Isto posto, o projeto da antropologia nascente dos ditos homens doutos permeia várias fronteiras disciplinares que pouco tinham de rigidez. Conforme o antropólogo James Clifford (1998), a pesquisa artística e social foi marcada por uma linha tênue, cujo interesse entrelaça a forte aproximação da etnografia ao surrealismo. Entretanto, muitos etnógrafos acreditavam que o *Marché aux puces* alimentava o imaginário relativista da época, não por acaso, este mercado foi frequentado pelos vanguardistas artísticos como Marcel Duchamp, que buscava nos *objets sauvages*, advindos da África e Oceania, a inspiração do 'grotesco' de suas obras.

Como observado, o curioso é que tais percepções não foram tecidas na ausência de estudantes africanos e antilhanos, em suma, ambos os grupos marcaram a cena parisiense, inclusive, Aliko Songolo (1975) menciona que autores como Melville Herskovits, Roger Bastide, Janheinz Jahn, Leo Frobenius, Maurice Delafosse e Georges Hardy compunham o repertório intelectual lido pela geração negra. Entre os etnógrafos brancos, surrealistas e os intelectuais negros houve certa 'amizade', a mais citada e pitoresca tem sido entre Michel Leiris e Aimé Césaire, este poeta antilhano também teve uma das suas obras prefaciadas pelo surrealista André Breton.

O que fica como grande tarefa para o próximo pleito é investigar com mais profundidade a produção e experiências das Mulheres-Calibãs. De forma bastante especulativa, as principais diferenças em relação as perspectivas políticas, estéticas, e ideológicas do *Collège de Sociologie* e o *Salón Clamart* é que o primeiro buscava a ordem relativa sobre a ‘humanidade’, o segundo vociferava o Humanismo Negro. Para T. Denean Sharpley-Whiting (2002), autoras como Suzanne Roussi-Césaire e Paulette Nardal fornecem ferramentas teóricas para desvelar a *trapaça* do colonialismo e do racismo, há que se lembrar que ambas refletem igualmente sobre o *cinismo* dominante da Metrópole francesa e do seu projeto de representação do “Outro”.

### Considerações Finais

Neste artigo, reuni as primeiras reflexões tecidas no âmbito da disciplina de "Filosofia Africana", cursada ainda na graduação que resultou no artigo intitulado “*Femmes en négritude: intelectuais negras silenciadas*” (NASCIMENTO, 2017). O ingresso no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAS/UnB), em 2019, possibilitou experiências únicas diante de uma turma formada, em sua maioria, por estudantes negros e indígenas.

Vinda da disciplina de “*História da Antropologia: Clássicos 1*”, espaço de ensino-aprendizagem dominado pelos arroubos da racialidade branca, cursar posteriormente a disciplina “*História da Antropologia: Clássicos 2*”, ainda que considerados os desafios das ‘ansiedades acadêmicas’, oportunizou a abertura coletiva e participativa do corpo discente para interpretar o que se entende pelo domínio da teoria antropológica. Em segunda instância, permitiu recuperar um fio tecido no artigo anterior, preconizado pela denúncia do silenciamento das autoras antilhanas na recepção de teorias pós-coloniais e contracoloniais no Brasil.

Com a aproximação inicial junto ao legado de Zora Neale Hurston, Suzanne Roussi-Césaire e Paulette Nardal, confirma-se que a arte e a política também podem atravessar a produção do conhecimento. Seja na seara da produção acadêmica, na vivacidade literária da Renascença do Harlem e nas discussões políticas do Movimento *Négritude*, as Mulheres-Calibãs desvendam os moldes do cânone ocidental. Questionar e identificar o apagamento da autoria negra nas correntes teóricas que formam, ainda hoje, cientistas sociais pouco afeiçoados às estratégias do dispositivo de racialidade, é fruto do instrumento teórico de grande valia forjado pela força ogúnica da filósofa brasileira Sueli Carneiro (2005).

Conforme os comentadores e comentadoras mobilizados neste artigo, o grande tributo das Mulheres-Calibãs diz respeito ao lançamento das bases fundacionais da consciência racial gestada em uma época de profusão artística, literária e antropológica. Assim, as intelectuais antilhanas podem ser consideradas, ao lado da antropóloga afro-estadunidense Zora Neale Hurston, fundadoras do pensamento transatlântico. Às cientistas sociais negras brasileiras, cumpre recompor

os “pedaços” de que fala a historiadora Beatriz Nascimento (2018) a fim de restituir a teia do legado de Ananse, para não esquecer o compromisso político tecido pela antropóloga amazônica Zélia Amador de Deus (2020).

### Referências bibliográficas

AMADOR DE DEUS, Zélia. **Caminhos trilhados na luta antirracista**. Belo Horizonte-MG: Editora Autêntica, 2020.

BAQUES, Messias. Zora Hurston e as luzes negras das Ciências Sociais. **Ayé: Revista de Antropologia**, 11 (1):102-105, 2019a.

\_\_\_\_\_. Diários de Antropologia Griô: etnografia e literatura na obra de Zora Hurston. **Anthropológicas**, 30 (2): pp. 316-326, 2019b.

BONI, Tanella. (2014). Femmes en Négritude: Paulette Nardal et Suzanne Césaire. **Rue Descartes**, v. 4, n. 83, p. 62-76.

CARNEIRO, Sueli. A Construção do Outro como Não-Ser e como fundamento do Ser. São Paulo-SP: (Tese de Doutorado). (FEUSP/USP), 2005.

CHURCH, Emily Musil. In Search Of Seven Sisters A Biography Of The Nardal Sisters Of Martinique. **Callaloo**. 36.2, pp. 375–390, 2013.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1998.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do conhecimento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

DURRANI, Mariam. “Upsetting the Canon.” Anthropology News website, April 8, 2019. Disponível em <<http://www.anthropology-news.org/index.php/2019/04/08/upsetting-the-canon/>> Acesso em: 5 de abril de 2021.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2020.

FREIRE, Máira Samara de Lima. Negras antropologias: a docência preta como ativismo. In: Estudos Etnográficos em/com feminismos negros: epistemologias, metodologias e práticas

emancipatórias no conhecimento antropológico. **32º Reunião Brasileira de Antropologia** (RBA). 2020, Rio de Janeiro-RJ. (Apresentação de Trabalho).

FRIOUX-SALGAS, Sarah. Introduction «L'Atlantique Noir» de Nancy Cunard, Negro Anthology, 1931-1934. In: **Gradhiva**. 19 | 2014. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/gradhiva/2771#authors>> Acesso em 15 de julho de 2020.

GOLUB, Alex. “Is there an anthropological canon? Evidence from theory anthologies”. **Savage Minds**. April 6, 2014. Disponível em: <<https://savageminds.org/tag/alex-golub/>> Acesso em 23 de novembro de 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo-SP: Editora Filhos da África, 2018.

hooks, bell. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. Tradução Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Elefante, 2019.

HURSTON, Zora Neale. O sistema “negro de estimação”. In: **Ayé: Revista de Antropologia**. Acarape-CE. n. 1, v. 1, março de 2021. Disponível em: <<https://revistas.unilab.edu.br/index.php/Antropologia/article/view/652/344>> Acesso em: 24 de junho de 2021.

KEATON, Danielle; SHARPLEY-WHITING, Tracy D.; STOVALL, Tyler. **Black France/France Noire: The History and Politics of Blackness**. Duke University Press: Durham & London, 2012.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro-RJ: Cobogó, 2019.

MULLINGS, Leith. Interrogando el racismo. hacia una antropología antirracista. In: **Revista CS**, nº 12, p.325-375, 2013.

NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombola e Intelectual**. São Paulo-SP: Filhos da África, 2018.

\_\_\_\_\_. **Uma história escrita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Organização Alex Ratts. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Rosânia do. “Femmes en négritude: intelectuais negras silenciadas”. **Entre-Lugar**, Dourados-MS, v. 7, n.13, pp. 10-20, 2017.

\_\_\_\_\_. Notas antropológicas sobre a abordagem matricêntrica em Oyèronké Oyěwùmí. In: DE JESUS et alii. Tecendo Redes Antirracistas II: contracolonização e soberania intelectual. Fortaleza-CE. Imprensa Universitária-UFC, pp. 318-338, 2020.

ODÚDWÀ, Abisogun Olátúnjí. **Às Irmãs: mulheres africanas na revolução preta mundial**. São Paulo-SP: Editora Filhos da África, 2019.

PARENT, Emmanuel. «Nothing too old, or too new for his use». *Anthropologie du lore noir chez Zora Neale Hurston*.p. 52-71.In: **Gradhiva: Revue d'Anthropologie et d'Histoire des Arts**, 19 | 2014, p. 52-71. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/gradhiva/2780#quotation>> Acessado em 20 de agosto de 2020.

PEIRANO, Mariza. **A teoria vivida: e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 2006.

RECÂNONE-UFRN. DOSSIÊ Fire!!! Textos escolhidos de Zora Neale Hurston. In: **Ayé: Revista de Antropologia**. Acarape-CE. n. 1, v. 1, março de 2021. Disponível em: <<https://revistas.unilab.edu.br/index.php/Antropologia/article/view/669/356>> Acesso em: 14 de julho de 2021.

SHARPLEY-WHITING, Tracy D. (ed.). **Negritude Women**. Minneapolis: University of Minnesota, 2002.

SOBRAL, Cristiane. **Dona dos Ventos**. São Paulo-SP: Patuá, 2019.

SONGOLO, Aliko. *Le Surréalisme français et la surréalité africaine dans l'œuvre poétique d'Aimé Césaire*. **University of Iowa: Department of French and Italian**, 1975.

STEIL, Carlos Alberto. A recepção de Marcel Mauss no Brasil. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre-RS, ano 3, n. 7, p. 144-157, 1997.

WALKER, Alice. À procura de Zora Neale Hurston. In: **Ayé: Revista de Antropologia**. Acarape-CE. n.1, v.1, março de 2021. Disponível em: <<https://revistas.unilab.edu.br/index.php/Antropologia/article/view/654/346>> Acesso em: 24 de junho de 2020.

### **Outras mídias (Podcasts)**

**CLÁSSICXS SEM CLASSE**. Zora Neale Hurston e seu romance “Seus Olhos Viam Deus” (Their Eyes Were Watching God, 1937). Locutora: Juliana Brina. 24 de Abril de 2020. Podcast. Disponível em: <<https://semclassepodcast.wordpress.com/2020/04/25/s02ep11-zora-neale-hurston-e-seu-romance-seus-olhos-viam-deus-their-eyes-were-watching-god-1937/>> Acesso em: 24 de maio de 2020.

**LITERATURA VIRAL.** O Cânone Literário e “Seus Olhos Viam Deus” de Zora Neale Hurston. Entrevistadores: Áureo Lustosa Guérios. Entrevistada: Juliana Brina. 18 de maio de 2020. Podcast. Disponível em: <<https://www.literaturaviral.com.br/podcast/episode/37285720/18-o-canone-literario-e-seus-olhos-viam-deus-de-zora-neale-hurston>> Acesso em: 19 de maio de 2020.

**CONVERSAS DA KATA.** Zora Hurston e as Negras Antropologias | Um sopro de vida na academia. Entrevistadora: Marina Fonseca. Entrevistadas: Rosana Castro, Ana Carolina Costa e Lucas Coelho. 28 de setembro de 2020. Podcast. Disponível em: <<https://anchor.fm/conversas-da-kata/episodes/Episdio-5---Zora-Hurston-e-as-Negras-Antropologias--Um-sopro-de-vida-na-academia-sob-a-lente-dos-outros-clssicos-ek1ant>> Acesso em: dia 28 de setembro de 2020.